



MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO MATOPIBA E NA CHAPADA DO APODI: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI

Bernardo Mançano Fernandes
Universidade Estadual Paulista

José Ricardo de Oliveira Cassundé
Universidade Estadual Paulista

Lorena Izá Pereira
Universidade Estadual Paulista

Resumo

Neste artigo refletimos sobre o debate paradigmático e movimentos socioterritoriais analisando a questão agrária neoliberal do século XXI e selecionamos como estudos de caso as conflitualidades das disputas territoriais no MATOPIBA e na chapada do Apodi no estado do Ceará. Nosso objetivo é atualizar o debate teórico sobre a questão agrária atual por meio da reflexão sobre os conceitos que apresentamos nos estudos sobre duas realidades em que os movimentos socioterritoriais resistem na luta pela terra contra o agronegócio e em que os movimentos socioterritoriais lutam pela terra, ocupando territórios de corporações multinacionais. Fazemos a discussão teórico conceitual a partir dos estudos selecionados para dialogar com os leitores sobre os novos elementos da questão agrária em sua fase neoliberal, como por exemplo: financeirização da agricultura, agronegócio como complexo em rede e a aliança latifúndio-agronegócio. É neste contexto que analisamos as resistências e enfrentamentos por meio das conflitualidades.

Palavras-chave: Questão agrária neoliberal. Movimento socioterritorial. Agronegócio. Conflitualidade. Debate paradigmático.

SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS IN THE MATOPIBA AND APODI CHAPADA: examples of the neoliberal agrarian question of the 21st century

Abstract

In this article, we reflect on the paradigmatic debate and socio-territorial movements analyzing the neoliberal agrarian question of the XXI century, and we selected as case studies the conflictuality of the territorial disputes in MATOPIBA

and the Apodi plateau in the state of Ceará. Our objective is to update the theoretical debate on the current agrarian question by reflecting on the concepts we present in the studies on two realities in which socio-territorial movements resist in the struggle for land against agribusiness and in which socio-territorial movements fight for land, occupying territories of multinational corporations. We make the conceptual, theoretical discussion based on the selected studies to dialogue with the readers about the new elements of the agrarian question in its neoliberal phase, as for example financialization of agriculture, agribusiness as a network complex and the alliance agribusiness. It is in this context that we analyze the resistances and confrontations through conflictuality.

Key-words: Neoliberal agrarian question. Socio-territorial movement. Agribusiness, Conflictuality. Paradigmatic debate.

INTRODUÇÃO

As duas epígrafes comentam as origens do agronegócio nos Estados Unidos da América como modelo hegemônico do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, sob dois paradigmas: Flyn e Burbach analisaram a territorialização do agronegócio a partir do paradigma da questão agrária, enquanto Davis e Goldberg examinam a formação do agronegócio a partir do paradigma do capitalismo agrário. Temos enfatizado a imprescindibilidade do debate paradigmático para uma atualização da leitura da questão agrária neoliberal no século XXI, que não é a mesma das décadas de 1980/1990. A leitura que apresentamos neste artigo traz alguns conceitos que necessitam ser explicados para que a leitora ou o leitor compreendam o debate que estamos propondo. É fundamental observar a diferença do conceito de agroextrativismo no Brasil e em outros países, que são opostos, como explicado neste artigo. Compreender o conceito do agronegócio como um complexo de sistemas e em rede também é uma forma de entender o conceito de agroextrativismo que representa os sistemas da base do complexo. A produção de commodities acontece pela extração dos recursos naturais (terra e água), nos países pobres, pelas corporações multinacionais, para exportar aos países ricos onde os outros sistemas se realizam.

Nossa leitura sobre estes conceitos é feita no debate paradigmático que proporciona a compreensão das disputas territoriais e de modelos de desenvolvimento entre agronegócio e agricultura camponesa. Estas disputas têm como protagonistas os movimentos socioterritoriais, as corporações e os governos, que na fase neoliberal intensifica ainda mais a hegemonia do agronegócio, ampliando as conflitualidades e aumentando a resistência das populações indígenas, camponesas e quilombolas. Desde a década de 1980, a fase neoliberal tem criado novos elementos da questão agrária, tendo a supremacia do capital financeiro como condição fundamental da territorialização do agronegócio no mundo. Este processo acirrou a questão agrária e a conflitualidade. Como

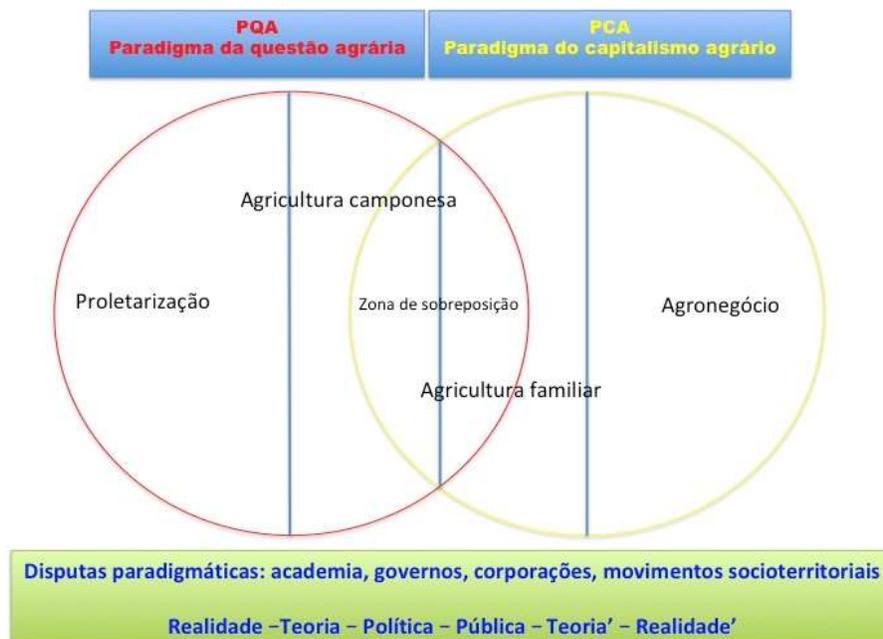
exemplos, apresentamos dois estudos de caso: um no MATOPIBA região criada pelo governo Dilma para atender aos interesses dos proprietários de terras e das corporações multinacionais. Analisamos como o agronegócio é organizado para adquirir novas terras dos proprietários de terras. Também estudamos a participação de fundos de pensão, fundos soberanos e fundos privados e suas relações com empresas nacionais, corporações multinacionais e proprietários de terras. Neste caso, encontramos uma forte presença do capitalismo rentista com grandes aquisições de terra. Encontramos enclaves territoriais do agroextrativismo junto com a expropriação e a pobreza. E outra em que analisamos o conflito entre a Del Monte Company e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na disputa por parte do perímetro irrigado da Chapada do Apodi, no estado do Ceará. Nas disputas por terras para a expansão do agroextrativismo há vários territórios e movimentos de resistência.

A questão agrária neoliberal intensificou a conflitualidade com o golpe de 2016 que derrubou o governo Dilma. O aumento do número de assassinatos no campo registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018) demonstra a crueldade da aliança latifúndio – agronegócio, que encontrou no governo golpista de Michel Temer as condições necessárias para a violência contra os movimentos socioterritoriais. As lutas de resistência que analisamos neste artigo enfrentam o recrudescimento da questão agrária por causa dos acordos entre governo federal e a aliança latifúndio – agronegócio representada no Congresso Nacional pela bancada ruralista.

DEBATE PARADIGMÁTICO

Na década de 1970, Patricia Flynn & Roger Burbach (1976) iniciaram um projeto de pesquisa pioneiro que revelou novos componentes do conteúdo do conceito de agronegócio criado por Davis & Goldberg (1957). O relatório Império & América Latina (Flynn & Burbach, 1976) revelava as estratégias das corporações no controle territorial para a produção de commodities. Por controle territorial, os autores demarcaram a concentração fundiária com a expropriação dos camponeses, produção intensiva com uso de agrotóxicos para exportação, mecanização da agricultura com exploração do trabalho assalariado. Estes componentes não constam no livro seminal sobre o conceito de agronegócio de Davis & Goldberg (1957) que definiram o agronegócio como a soma que compõe o conjunto de sistemas formado pela agricultura, indústria, mercado, tecnologia e finanças. Fernandes, 2016a tem chamado de disputa paradigmática, por exemplo, as diferenças das análises de Davis & Goldberg que selecionaram componentes do conceito de agribusiness a partir de uma visão liberal, fonte teórica do paradigma do capitalismo agrário e Flynn & Burbach que selecionaram componentes a partir de uma visão marxista, fonte teórica do paradigma da questão agrária (Figura 1).

Figura 1 – Disputas paradigmáticas



Essas duas visões de mundo tentam explicar o desenvolvimento da agricultura tendo como intencionalidade a identificação da essência do problema. Para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato que não se adapta ao sistema capitalista. Para o paradigma da questão agrária, o problema está nas relações capitalistas, através da renda capitalizada da terra geradora de desigualdade com a desterritorialização das relações não capitalistas. As disputas paradigmáticas são relevantes porque explicam as diferentes interpretações teóricas que são as bases para as elaborações de políticas públicas que formam os modelos de desenvolvimento. O paradigma do capitalismo agrário contribui com políticas do modelo de desenvolvimento do agronegócio. O paradigma da questão agrária contribui com políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa. As disputas paradigmáticas nascem das interpretações acadêmicas, que através de artigos e livros influenciam governos, corporações e movimentos socioterritoriais em um processo teórico-político que parte da realidade para produzir teorias e transformar a realidade, produzindo novas teorias. Este método permite acompanhar as mudanças da conjuntura agrária, identificando seus os novos elementos.

Há uma zona de contato entre os dois paradigmas onde se discutem os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa¹. No paradigma do capitalismo agrário, o agronegócio é visto como totalidade, a agricultura familiar é interpretada como parte do sistema capitalista e a agricultura camponesa como marginal em condição residual. No paradigma da questão agrária, a agricultura

familiar ou camponesa é interpretada como um modo de vida e de produção de alimentos e condição estratégica para o desenvolvimento sustentável, todavia subalternas através da renda capitalizada da terra pelo modelo hegemônico do agronegócio. A tendência proletarista do paradigma da questão agrária não tem produzido novos estudos desde o século passado (Pereira, 1997), mas continua como referência das teorias sobre o fim do campesinato. Analisar a questão agrária atual a partir das disputas paradigmáticas possibilita compreender suas conflitualidades e superar a leitura reducionista do paradigma do capitalismo agrário que objetiva transformar todas as coisas em mercadorias.

AGRONEGÓCIO E AGROEXTRATIVISMO

A extração dos recursos naturais para produção de commodities através do controle territorial, a expropriação de populações indígenas, camponesas e afrodescendentes e a exploração do trabalho assalariado são estratégias das corporações do agronegócio para manter seu modelo hegemônico. O agronegócio tornou-se um complexo de sistemas (figura 2) que tem como base a agricultura e a pecuária conectados com a indústria, mercado, tecnologias e sustentado pelo sistema financeiro que produz um sistema ideológico para defender o conjunto dos interesses (Fernandes & Welch, 2008).

Na década de 1980, quando Burbach e Flynn publicaram o livro *Agribusiness in the Américas* (Burbach & Flynn, 1980), que foi traduzindo para o português como “Agroindústria nas Américas (Burbach e Flynn, 1982a) e para o espanhol como “Las agroindustrias transnacionales: Estados Unidos y América Latina” (Burbach & Flynn, 1982b). A tradução de agribusiness por agroindústria revelava que na América Latina havia apenas alguns sistemas do complexo que diferenciava dos Estados Unidos onde havia todos os sistemas. Davis & Goldberg identificaram o agronegócio nos Estados Unidos já na década de 1940 e este modelo foi exportado para o mundo após a segunda guerra mundial, tornando-se hegemônico. O complexo de sistemas não se constituiu de forma homogênea em todos os países, mas estabeleceu os sistemas de base no Sul global, de onde extrai os recursos naturais para exportar para o Norte global, onde se realizam os outros sistemas do complexo, Estas relações produzem a transterritorialidade do complexo e dá sentido ao conceito de agroextrativismoⁱⁱ (Petras & Veltmeyer, 2015), onde as corporações se apropriam de recursos naturais nos países que são “repúblicas de commodities” e exportam para países dominantes onde o complexo de sistema completa a rede.

Este complexo de sistemas está organizado em rede (figura 3) que tem como núcleo corporações e governos conectados aos partidos políticos e supermercados, universidades, fundo de investimentos, bancos nacionais, internacionais e organizações multilaterais como o Banco Mundial. O avanço do neoliberalismo a partir da década de 1980, criou o consenso das commodities (Svampa, 2012) e ampliou o poder da governança corporativa que passou a definir as políticas de desenvolvimento da agricultura formuladas pelo Estado. A governança da terra passou a ser determinada pelos interesses da relação agronegócio – latifúndio que, com o apoio do Banco Mundial e dos governos,

elaboraram projetos de desenvolvimento territorial para ampliar o controle sobre os territórios das populações indígenas, camponesas e afrodescendentes.

Esta rede complexa garante a hegemonia do modelo do agronegócio em escala mundial. A atuação em escala global das corporações produz diferenças que revelam outros componentes do conteúdo do conceito do agronegócio desde uma perspectiva territorial. A transterritorialidade do agronegócio produz o agroextrativismo como fragmentação territorial da produção de commodities, que não podem mais ser interpretadas apenas como matéria prima, tampouco como produto de baixo valor agregado. Os investimentos em logística e em tecnologias desde a semente até o produto final transformaram as commodities em mercadorias diferenciadas.

Figura 2 – Agronegócio = complexo sistemas

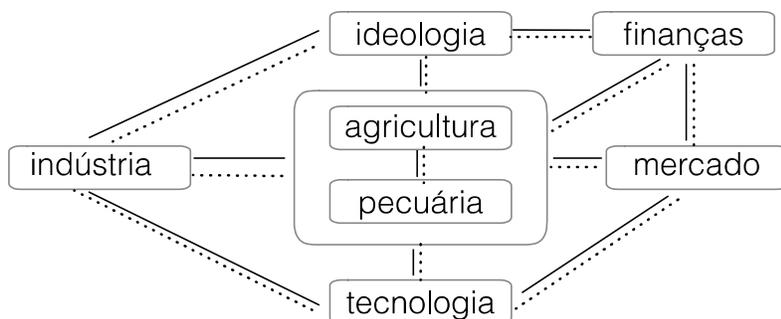
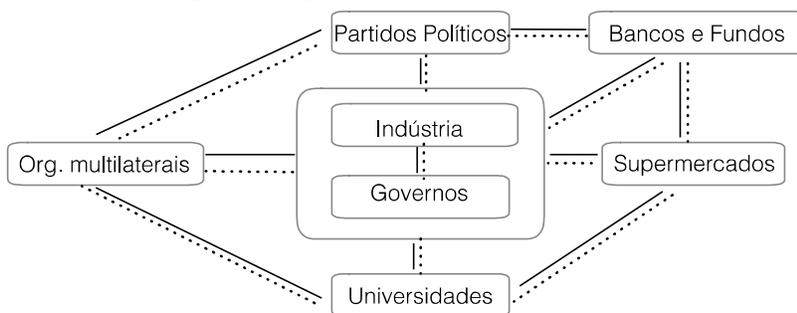


Figura 3 – Agronegócio = complexo em rede



Evidente que o agronegócio é agroextrativista por natureza, pois sua existência tem como base a extração de recursos naturais. Mas, não se pode negar que há diferenciação na produção de commodities e na performance territorial do complexo de sistemas quando opera em conjunto ou em separado. As distintas atuações dos sistemas nos territórios têm diferentes impactos nas economias local e global e nas comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes. O uso de alta tecnologia na produção de commodities tem diminuído o número de trabalhadores assalariados e junto com a escala e a verticalização da produção tem diminuído os contratos com camponeses e aumentado a conflitualidade com

a disputa territorial. A especialização do agronegócio produz exclusões e desterritorializações, revelando que a agricultura capitalista necessita cada vez menos de relações não capitalistas. Essa condição tem reforçado a ideia de totalidade do agronegócio.

A diferenciação da performance territorial depende das commodities. A cana de açúcar é um exemplo de operação em conjunto e a soja é um exemplo da operação em separado. No Brasil, a cana de açúcar é a commodity produzida (etanol e açúcar) com todo o complexo de sistemas nos territórios, regionais e nacional, enquanto a soja utiliza apenas parte dos sistemas, destinada a exportação, seu beneficiamento acontece predominantemente em outros países, o mesmo acontece com o café. Há commodities que são consumidas sem beneficiamento como a banana e melão e a papaia. A operação em conjunto produz relativa autonomia tecnológica e mais riqueza distribuída na implantação e organização dos sistemas do complexo. Enquanto a operação em separado produz maior dependência tecnológica e mais riqueza concentrada e limitada aos sistemas básicos do complexo. O agroextrativismo, portanto, representa o atraso mesmo dentro da lógica capitalista.

A performance territorial do agronegócio produz cidades modernas com entornos de excluídos e enclaves de produção de commodities poluindo os territórios das comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes. Por estas razões que o agroextrativismo é produtor e produto do neocolonialismo baseado na acumulação primitiva e na sobre-acumulação, na economia da dependência e na desigualdade (Petras & Veltmeyer, 2015). A produção agropecuária em um estado, região ou país transportada para ser beneficiada ou industrializada em outros estados, regiões ou países intensifica as desigualdades, principalmente por causa do controle territorial da governança corporativa. A questão agrária do século XXI se diferencia da questão agrária do século XX por separar ainda mais a agricultura capitalista e o campesinato como relações sociais incompatíveis. As disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento dessas duas relações sociais chama-se conflitualidade.

No Brasil e em outros países com alta concentração fundiária, o agronegócio encontrou um parceiro que fornece o recurso básico para o controle territorial: o latifúndio. Grandes propriedades são arrendadas ou compradas pelas corporações do agronegócio. As políticas neoliberais promoveram o aumento da produção de commodities com a financeirização da agricultura criando uma forte aliança entre ruralistas ou latifundiários e o agronegócio em todo o complexo de sistemas com destaque para o sistema financeiro, principalmente através de fundos de investimentos privados, fundos soberanos e fundos de pensões como a TIAA-CREF - uma das maiores corporações de investimento dos Estados Unidos que gerencia os recursos de aposentadoria de milhões de professores e administradores universitários, de escolas públicas e outros. O aumento da participação do sistema financeiro no complexo é resultado da sobre-acumulação do capital que, cada vez mais, concentra a riqueza mundial (Piketty, 2014).

Na questão agrária neoliberal do século XXI, o campesinato enfrenta o agronegócio fortalecido pelo sistema financeiro que ampliou sua capacidade de

extração dos recursos naturais, como terra e água, por exemplo. O agronegócio tornou-se mais ofensivo e tem expandido as “repúblicas de commodities” em um processo denominado de land grabbing. Através da governança corporativa de terras, da aliança com o latifúndio e do interesse do capital financeiro nacional e internacional, as corporações têm convencido governos a criarem políticas de desenvolvimento com o apoio dos intelectuais do paradigma do capitalismo agrário para delimitarem enormes áreas de terras agrícolas com a finalidade de aumentar a produção de commodities. No Brasil foi criada a região de MATOPIBA para a expansão da soja. Esta região é denominada de fronteira agrícola moderna para se diferenciar da fronteira agrícola clássica, onde a vegetação nativa foi derrubada com a grilagem de terras, criação de latifúndios com pastagens extensivas e monoculturas em larga escala para exportação. Na fronteira agrícola clássica, povos indígenas chacinados e posseiros foram expropriados, mas resistiram e persistem disputando territórios.

A fronteira agrícola moderna é criada na fase neoliberal do agronegócio, na aliança com o latifúndio, com apoio dos governos, na criação de logísticas e emprego de alta tecnologia na produção de commodities em grande escala para exportação. Este projeto tem gerado novas conflitualidades, impactando ou expropriando os territórios das populações indígenas, camponesas e afrodescendentes. Apresentamos dois exemplos para analisar as ações dos movimentos socioterritoriais na região do MATOPIBA e na chapada do Apodi.

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

O conceito de movimento socioterritorial (Fernandes, 2000; Fernandes, 2005) é utilizado para estudar as organizações que tem o território como condição de existência, como por exemplo os movimentos camponeses, indígenas e afrodescendentes. Essas populações desenvolvem seus territórios a partir de seus modos de vida compostos pela multidimensionalidade em que conhecimento, cultura, trabalho, economia, política, mercado, ambiente e tecnologia são construções sociais que confrontam com o modo de produção capitalista. A defesa de seus territórios é essencial para suas existências, porque não podem existir nos territórios capitalistas. A produção de territórios capitalistas através da territorialização do agronegócio desterritorializa essas populações. A luta pela terra por meio das ocupações de terras impulsiona a reforma agrária na conquista ou recuperação de territórios no processo territorial TDR (Territorialização, desterritorialização, reterritorialização). No interior desse processo há dois tipos de movimentos socioterritoriais, o movimento que luta para conquistar a terra, quando o movimento disputa territórios do latifúndio e do agronegócio e movimentos que resistem na terra, quando o latifúndio e o agronegócio disputam territórios dos movimentos socioterritoriais.

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário analisam a relação agricultura camponesa e agricultura capitalista como condição de subordinação ou “integração”, chegou o momento do campesinato, indígenas e afrodescendentes construir seus modelos de desenvolvimento, rompendo com as relações de sujeição. A construção do conceito de soberania alimentar pela Via

Campe sina é uma referência da luta pela autonomia dos movimentos camponeses no mundo (Zanotto, 2017). No Brasil, o MST é um dos movimentos socioterritoriais que defendem a autonomia dos territórios camponeses na luta pela terra, pela reforma agrária, na produção de alimentos agroecológicos, criação de tecnologias, mercados populares, políticas públicas na construção de um modelo de desenvolvimento do campesinato (MST, 2013). A construção da autonomia tem diversos começos e a luta pela terra é um deles. Com a conquista da terra, o estabelecimento de uma comunidade enfrenta o desafio da subordinação ou “integração” ao capitalismo.

A construção de políticas públicas emancipatórias é fundamental para evitar a dependência às relações capitalistas (Fernandes, 2015). Promover educação em todos os níveis, formação tecnológica e política, saúde, infraestrutura e equipamentos para a produção agroecológica visando a soberania alimentar são outros desafios a serem superados. A construção da autonomia produz conflitualidade que explicita a complexidade das relações sociais produzindo territórios e modelos heterogêneos de desenvolvimento na construção política das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução territorial, com a polarização regra/conflito em oposição à ordem e ao consenso. A conflitualidade é conceito essencial para compreender as disputas territoriais por modelos de desenvolvimento e políticas agrárias distintas. A superação da conflitualidade não acontece pelo consenso, porque os modelos são antagônicos e qualquer acordo possível significa mudar ambos.

MATOIPIBA

No Brasil, uma região foi criada pelo Governo Dilma Rousseff exclusivamente para atender aos interesses do agronegócio com participação intensiva do capital financeiro para produzir commodities flexíveis (alimentos e energia). Esta realidade produziu o conceito de fronteira agrícola moderna caracterizada pela presença de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, em grandes áreas produzindo para exportação, com forte presença de tradings internacionais com o objetivo de se apropriar da renda fundiária. A criação da região MATOIPIBA - acrônimo referente à área de intersecção dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (ver mapa 1) - com área de 73.173.485 hectares, envolve 337 municípios. Instituído pelo Decreto Presidencial nº 8.447, de 2015, o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOIPIBA (Pereira e Pauli, 2016).

No MATOIPIBA, as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas organizadas em movimentos socioterritoriais lutam para resistir na terra e defender seus territórios disputados pelas corporações transnacionais, com a participação do capital financeiro que amplia o poder de territorialização do agronegócio. O censo populacional de 2010 registrou 5.901.78 pessoas na região sendo que 35% viviam no campo. 4.157 mil hectares é a área dos territórios indígenas da região, os territórios camponeses são 7.100 mil hectares e os territórios quilombolas somam 250 mil hectares (Miranda 2015). A concentração de terra é indissociável da concentração da renda em que 1% dos estabelecimentos produzem 86% da renda bruta. O latifúndio, sinônimo de

improdutividade, tornou-se produtivo com a compra ou arrendamento pelas corporações de capital nacional e estrangeiro. Formam conjuntos de empresas do agronegócio que produzirem commodities flexíveis com uso intensivo de tecnologias e simultaneamente produzem conflitualidade que revela a luta de classes nas disputas por territórios e por modelos de desenvolvimento.

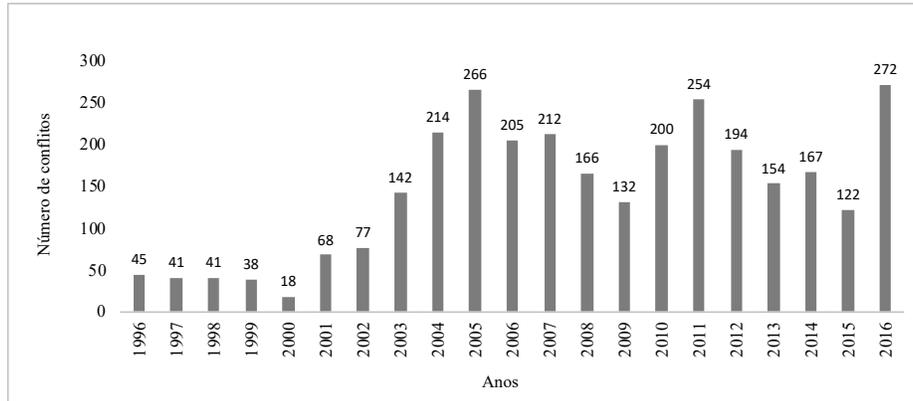
Mapa 1 – Brasil com destaque para a região do MATOPIBA



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016. Elaboração: Lorena Izá Pereira

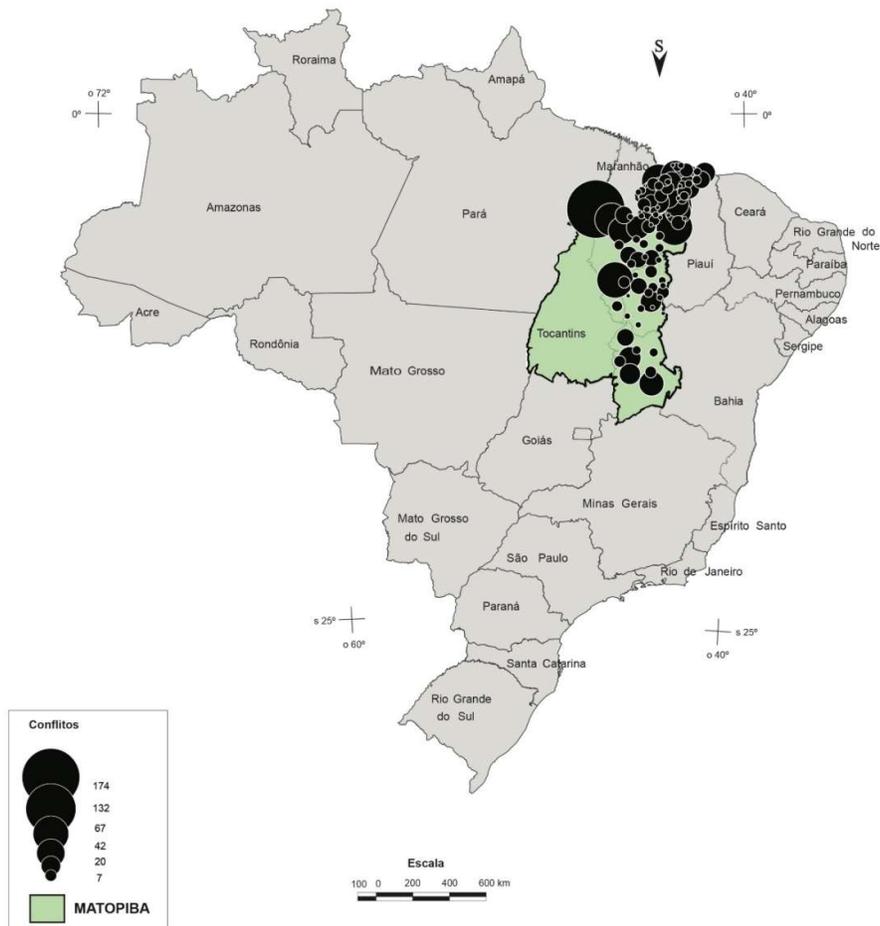
A territorialização do agronegócio no MATOPIBA ameaça as comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. Estas populações possuem seus próprios modelos de desenvolvimento, praticados em seus territórios por meio da agroecologia e agrofloresta. Os impactos do agronegócio são devastadores para os territórios das comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. A territorialização do agronegócio deixa um rastro de desmatamento, poluição das águas e mudanças climáticas, multiplicando os conflitos. No gráfico 1 e no mapa 2, observa-se que 1996, foram registrados 45 conflitos nos municípios que viriam a compor o MATOPIBA, em 2016 foram 271 conflitos produzidos nos territórios da expansão da fronteira agrícola moderna. Em vinte anos, o número de conflitos por terra aumentou mais de cinco vezes.

Gráfico 1 - MATOPIBA – Conflitos territoriais – 1996 - 2016



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016. Elaboração: Lorena Izá Pereira

Mapa 2 – Conflitos territoriais na região do MATOPIBA



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016. Elaboração: Lorena Izá Pereira

Observa-se no gráfico 1 que o aumento dos conflitos começou no ano de 2003, chegando ao seu ápice em 2016. O aumento dos conflitos está associado ao aumento da territorialização do agronegócio que por sua vez está associado com o aumento do crédito agrícola e pecuário. Em 2003 o plano agrícola e pecuário liberou 27 bilhões de reais e em 2016 foram 187.7 bilhões de reais (MAPA, 2016). O aumento dos conflitos territoriais é resultado direto dos impactos da territorialização dos processos de land grabbing e nos últimos dez anos têm apresentado tendência crescente. As lutas dos camponeses e indígenas não é mais contra os latifundiários que invadiam suas terras. Os conflitos territoriais da região MATOPIBA são produzidos por corporações que se utilizam de alta tecnologia para produzir em grande escala para exportação, como apoio do Estado. O agronegócio se territorializa destruindo o cerrado e os povos que vivem do cerrado. É uma disputa desigual que tem produzidos crises que alimentam o modelo hegemônico em um processo de intensificação da desterritorialização em permanente conflitualidade.

CHAPADA DO APODI

O acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, estado do Ceará, é um exemplo de movimento socioterritorial que luta para conquistar a terra. Disputam territórios com corporações internacionais como a Del Monte e corporações nacionais como a Tropical Nordeste Fruit Agroindústria em sociedade com a Fyffes, gigante multinacional na exportação de banana, localizada no distrito de Tomé em Limoeiro do Norte – CE (ver figura 4). A primeira ocupação de uma fração do território irrigado da chapada do Apodi pelo MST aconteceu em maio de 2014. Essa disputa territorial é também uma disputa por modelos de desenvolvimento da agricultura. São extensas áreas de monocultivo de banana, melão e papaia (ver figura 5) nos territórios das corporações versus a produção agroecológica nos pequenos pomares, hortas e plantios de grãos, tubérculos e frutas no território do acampamento Zé Maria do Tomé (ver figura 6).

Figura 4 – Disputa Territorial: MST e Del Monte.



Figura 5 – Del Monte: monocultivos.



Figura 6 – MST acampamento Zé Maria do Tomé.



CONCLUSÃO

A criação da região MATOPIBA possibilitou ao agronegócio ampliar a exploração da terra e aumentar a intensidade da apropriação da renda fundiária. A territorialização do agronegócio intensificada com investimentos dos fundos financeiros internacionais, mudou a questão agrária, transformando a terra dos

latifúndios em terras produtivas, aumentando a produção e produzindo conflitos territoriais. O Estado apoia este modelo hegemônico financiando a produção agropecuária, destinando 90% dos recursos para o agronegócio que controla 76% das terras agrícolas, mas que produz somente 68% do valor bruto da produção (Fernandes et al, 2012). Este modelo está próximo de seu esgotamento pela própria contradição do modelo hegemônico. Sua fraqueza é revelada pela sua insustentabilidade, como por exemplo: o envenenamento cada vez mais intenso da terra, da água e da comida, a destruição crescente de espécies vegetais e animais, o transporte de sedimentos causado pela produção em grande escala, a apropriação da maior parte da água doce, a produção e aplicação de nitrogênio na agricultura em quantidade maior que a fixada naturalmente e as mudanças climáticas (Ribeiro, 2011).

Camponeses, indígenas e quilombolas são uma frente de resistência a esta força avassaladora do agronegócio. A desigualdade da correlação de forças indica que esta será uma das lutas mais difíceis da história desses povos. Mesmo que a participação do campesinato na produção de alimentos como estratégia de desenvolvimento não faça parte das políticas do governo federal, este é um dos grandes desafios das populações tradicionais: desenvolver um modelo alternativo agroecológico junto com as instituições de pesquisa, governos e diversas organizações da sociedade civil em escala mundial. A construção de modelos agroecológicos compreende o mundo como existência, onde preservar a natureza significa simplesmente existir. As experiências da agroecologia e da soberania alimentar têm reaproximado a comida da natureza e da comunidade (Wittman et al, 2010), subtraindo a centralidade de mercadoria. Estas experiências acontecem há décadas, não aceitam a dependência às grandes corporações, nem a persistência da fome e defendem a soberania das nações em garantir a produção de alimentos para seus povos. Uma política agrária com base na soberania alimentar e na agroecologia tratará da reforma agrária, porque são indissociáveis. Aumentar o número de agricultores em torno das cidades é condição fundamental para garantir o abastecimento a partir da diversidade agroecológica. Será preciso também investir na produção de tecnologias apropriadas, na formação escolar, técnica dos agricultores empobrecidos pelo agronegócio. A política agrária que precisamos tem que tratar de novos mercados institucionais, populares, domésticos, criando novos espaços de relações mercantis com base na solidariedade e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agribusiness in the Americas**. New York, Monthly Review Press, 1980.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982a.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Las agroindustrias transnacionales: Estados Unidos y América Latina**. Mexico – DF, Ediciones Era, 1982b.

- DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston, Harvard University, 1957.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. 'Movimento Social como Categoria Geográfica.' In **Revista Terra Livre**, n. 15, p. 59-85, São Paulo: AGB, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular/CLACSO, 2008, p. 45-70.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular/CLACSO, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Land Governance in Brazil: A geo-historical review of land governance in Brazil**. Roma: International Land Coalition, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. RAMOS FILHO, Eraldo. Et al. **Estado, Políticas Públicas e Território**. São Paulo, Outras Expressões, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Development Models for the Brazilian Countryside: Paradigmatic and Territorial Disputes. **Latin American Perspectives**, v. 43, n. 2, p. 48-59, 2016a.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Quando a agricultura familiar é camponesa. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, v.9, p. 309-328, 2016b.
- FLYNN, Patricia; BURBACH, Roger. **NACLA'S Latin America & Empire Report**, v. X, n. 7, September 1976.
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2015-2016**. Brasília: MAPA, 2016.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo. **Caracterização territorial estratégica do MATOPIBA**. Campinas: Embrapa, 2015. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf.
- MST. **Programa Agrário do MST**. São Paulo, MST, 2013.
- PEREIRA, Anthony. **The end of peasants**. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1997.
- PEREIRA, Lorena Izá. PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na Região do MATOPIBA. **Campo-Território**, n. 23, p. 196-224, 2016.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Extractive Imperialism in the Americas: capitalism's new frontier**. Chicago, Haymarket Books, 2015.
- PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Boston: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- RIBEIRO, Catherine Gerikas. Antropoceno: a época da humanidade? **Ciência Hoje**, vol. 48, p. 39-43, 2011.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina. **OSAL Observatorio Social de América Latina**, año XIII, n. 32, p. 15-38 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2018.

WITTMAN, Hannah. DESMARAIS, Annette Aurélie. WIEBE, Nettie. **Sovereignty: reconnecting food, nature and community**. Fernwood: Winniepeg, 2010.

ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2017.

Contato com o autor: Bernardo Mançano Fernandes <mancano.fernandes@unesp.br>

Recebido em: 16/02/2018

Aprovado em: 22/07/2018

ⁱ A respeito desses dois conceitos ver Fernandes (2016b).

ⁱⁱ Atenção: o conceito de agroextrativismo que estamos utilizando refere-se à extração em grande escala pelas corporações capitalistas. No Brasil, o conceito de agroextrativismo refere-se às atividades por comunidades rurais como a agricultura camponesa, cultivo de árvores frutíferas e pesca, por exemplo. Uma mesma palavra para dois conceitos opostos.